



**Pensando Áfricas e suas diásporas**

[www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricanas](http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricanas)

NEABI – UFOP - Mariana/MG

Vol. 01 N. 02 – jul/dez 2015

**Anais do III Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas – parte 1**

## **Ensino das relações étnico-raciais, da história e cultura africana e afro-brasileira nos contextos de estágio-docência em artes cênicas**

Thaís Azevedo\*

**Resumo:** O presente artigo busca apresentar um pouco da experiência vivida nos projetos de estágio-docência realizados dentro do curso de artes cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto, tendo como base a Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais e história e cultura africana e afro-brasileira no ensino básico. Propõe uma reflexão a cerca do contexto brasileiro e dos antecedentes da Lei para então apresentar três diferentes contextos de ensino como possibilidades pedagógicas para a aplicação da Lei 10.639/03, com o intuito de desconstruir ideias racistas, contribuir no processo de construção identitária do aluno e orientar/instruir professores a respeito da contribuição dos povos africanos para a história e cultura brasileira, especialmente no campo das artes cênicas.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/03; Escola; Cultura afro-brasileira.

**Resumén:** El presente artículo busca presentar la experiencia vivida en los proyectos de las prácticas hechas en la carrera de arte dramático de la Universidad Federal de Ouro Preto, teniendo como base la Ley 10.639/03 que institui la obligación del enseño de las relaciones étnico-raciales y de la historia y cultura africana y afro-brasileña en el enseño regular. El texto propone una reflexión sobre el contexto brasileño y lo que antecedió a la Ley para entonces presentar tres diferentes contextos de enseño como posibilidades pedagógicas para la aplicación de la Ley 10.639/03, con el objetivo de desconstruir ideas racistas, ayudar en el proceso de construcción de la identidad de los estudiantes y orientar los maestros a respecto de la contribución de los pueblos africanos para la historia y cultura brasileña, especialmente en el tema del arte dramático.

**Palabras-clave:** Ley 10.639/03; Escuela; Cultura afro-brasileira.

“Dança negro... canta negro  
Folga negro... a escravidão acabou!  
A libertação chegou!”

(Ponto de Ogun, Sortilégio II de Abdias do Nascimento)

(...) em algum momento da história, possivelmente pressionada pelo avanço social dos ex-libertos e de seus descendentes, a categoria predominante em termos de classificação social passou a ser “cor” e não “raça” (...) deixamos de ser parte do Estado português, passamos a formar um Estado brasileiro mantendo a escravidão, mas tínhamos já integrado um número grande de pretos libertos, de homens livres de cor, e a importância da cor não cessou de crescer desde então (GUIMARÃES, 2003, p.100).

---

• Graduada em Artes Cênicas. UFOP. E-mail: [tataazevedo@ymail.com](mailto:tataazevedo@ymail.com)

É inevitável termos que recorrer à história para problematizar e entender a situação dos negros no Brasil na atualidade, pois ainda não superamos o estigma da escravidão. As relações sociais continuam se pautando no esquema escravocrata de forma tão intrínseca a confundir-nos, e assim o negro não consegue enxergar possibilidades de se projetar como homem livre, com autonomia, pois o acesso ao conhecimento, que se faz tão necessário para a almejada liberdade ainda é negado. Obviamente nós não vivemos em uma *democracia racial*, nem nunca chegamos próximos a isso. Esse conceito foi criado logo após a princesa Isabel assinar a Lei Áurea e acontecer a “abolição” da escravatura, a tão sonhada liberdade para o povo negro. Mas o que seria essa liberdade? Partindo da premissa de que o conhecimento é a luz guiadora para a libertação da ignorância, ou seja, ler e escrever são sinônimos de liberdade para todos, não é possível pensar numa democracia racial após o “fim” da escravidão, já que os negros não podiam ler e escrever e conseqüentemente não podiam ter um bom trabalho e se emanciparem do estado ou do senhorio.

A princesa assinou a carta de alforria, mas esqueceu-se de assinar a carteira de trabalho, de colocar os filhos dos negros nas escolas e assim eles foram jogados às margens, onde permanecem até hoje: nos morros e periferias, nas piores condições trabalhistas, as quais muitas vezes se assemelham muito às condições escravistas. Aos negros, de forma legal, sempre foi negado o direito ao saber, por isso um bombardeio de políticas públicas tardias surge, não como um favor e sim como o pagamento de uma dívida antiga.

Infelizmente, no contexto social e cultural brasileiro, a execução do que é correto e/ou ético só se dá a partir da institucionalização, ou seja, de uma ordem superior que obriga um modo de ser e fazer determinadas coisas, muitas vezes óbvias para uma organização, mas nós estamos acostumados a receber ordens e só não fazer algo se houver punição.

Como diz Bobbio (1986), “O problema mais difícil para uma teoria racional (ou que pretende ser racional) do Estado é o de conciliar dois bens a que ninguém está disposto a renunciar e que são (como todos os bens últimos) incompatíveis: a obediência e a liberdade”. (CURY, 2002, p. 83)

O caminho da educação e escolarização não foi diferente: o direito e conseqüentemente a obrigatoriedade à educação para todos só foi validado com a presença da lei, o que não significa o avanço em si, pois o processo da total execução da mesma é muito

lento e burocrático, ou seja, "sabe-se que da lei à nova mentalidade e à ação efetiva, há muito que desfazer, refazer e fazer." (SILVA, 2007, p. 499) Contudo, a institucionalização dos direitos continua sendo um viés para a tentativa do combate às desigualdades.

A respeito do ideal libertário de uma educação para todos, e, na mesma perspectiva, o ideal de o cidadão poder se libertar do estado e garantir-se a si mesmo, Saviani (1984) o caracterizava como falso ou ilusório, pois todas essas tentativas revolucionárias em busca de uma melhoria no sistema educacional brasileiro, às quais transferem toda responsabilidade do ensino escolar para o Estado - como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, as LDB's e todas as novas políticas pensadas para uma educação igualitária de melhor qualidade, a estrutura da escola "para todos" – estes não abarcam toda a diversidade do povo, por isso torna-se um sistema falho e excludente. Segundo Silva (2007), "à medida que o ensino se tornou público (...) a população negra diminuiu nos bancos escolares. Como se vê, a instrução pública, entre nós, nasce excludente, racista" (SILVA, 2007, p.496).

Dentro dessa estrutura tão fechada, campos que tratam questões da vida do cidadão se tornam insignificantes e sem sentido, como história, artes, filosofia e recentemente o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. A escola idealmente deve-se preocupar e tratar da formação do cidadão, um ser completo, pensante, emancipado epistemologicamente; um cidadão que possa opinar e decidir sobre todas as questões que perpassam à sua vida e à vivência em sociedade; e esses campos do conhecimento abordam diretamente estas questões. Conhecer a sua verdadeira história e cultura é ponto crucial para a construção de conhecimento e desenvolvimento dentro de uma sociedade.

Quando um povo é deslocado de seus territórios, perde o sentido de segurança e de pertencimento. Sofre experiências de medo, ansiedade e perde a esperança no futuro. Disto resulta privação de conhecimentos, objetivos e aspirações que poderiam auxiliar a construir o futuro de prosperidade para suas famílias e comunidades (KUAMBI, 2006, p. 47 *apud* SILVA, 2007: p.494).

É importante salientar que todo o contexto histórico-social é o que justifica a criação da Lei 10.639/03 e das demais políticas de ações afirmativas para a promoção da igualdade racial. Com o intuito de findar atitudes racistas e irracionais do cotidiano de milhões de crianças e jovens brasileiros, apresenta-se a lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que altera a LDB 9.394/96, a fim de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da

temática “História e Cultura afro-brasileira”, o que podemos chamar de avanço. Pautada no ideal de igualdade da constituição nacional dos direitos humanos é que foram construídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

LEI Nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros (BRASIL, 2013, p. 81).

Somente com muita luta e pressão dos militantes dos movimentos negros foi possível que isso ocorresse. Dentre muitas ações no percurso para aprovação da Lei 10.639/03, destaca-se a Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata, que se organizou em Durban na África do Sul em setembro de 2001. Ela contribuiu para a criação da obrigatoriedade da Lei, para que os futuros educadores tenham que ensinar a história e cultura africana e afro-brasileira. Porém, é importante pensar que não é somente pela questão da obrigatoriedade e sim da necessidade - principalmente se pensarmos no atual contexto político, de retrocessos imensos, principalmente no que diz respeito às políticas sócio-educacionais - realmente não há segurança, não há garantia de direito algum, por isso é necessário compreender a importância da construção de uma consciência étnico-racial na formação de todo e qualquer cidadão, a conscientização da contribuição do povo africano para a formação histórico-cultural do país, independente da raça.

A arte de cada cultura revela o modo de perceber, sentir e articular significados e valores que governam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. A arte solicita a visão, a escuta e os demais sentidos como portas de entrada para uma compreensão mais significativa das questões sociais (BRASIL, 1997, p. 19).

O Brasil é um país multicultural e bastante plural. Conhecer e respeitar a cultura do outro sem folclorizá-la ou distanciá-la de nós é imprescindível. A busca pelo respeito às diferenças e, assim, o respeito pela democracia, tem sido constante para acabar com as desigualdades. A instituição escolar, sendo o maior espaço formador da sociedade brasileira, ainda precisa entender as diferenças sociais, raciais e culturais presentes na sociedade brasileira. É fundamental compreender que cada aluno é único, que todos são diferentes e que cada um/uma precisa conhecer e se reconhecer, sentir-se representado/a e se aproximar de

uma Cultura que é pertencente a ele(a)s. A educação é o melhor caminho contra o racismo, o preconceito e a discriminação.

“§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei Nº 10.639/03, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil” (BRASIL, 2013, 78). Considero que a área de Artes é uma porta de entrada para o ensino da História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana, pois o ensino de artes na escola é para formação de cidadãos mais conscientes, que questionem e compreendam a sociedade na qual estão inseridos, conhecendo e se aproximando da cultura, respeitando assim a pluralidade cultural e as diferenças que os cercam. Grande parte da nossa herança cultural foi trazida pelos diversos povos africanos e foi se reformulando no decorrer dos anos a partir do encontro na diáspora. São muitas as contribuições, sobretudo na área de artes, para que o educador possa trabalhar dentro da sala de aula. Até mesmo as vivências culturais dos próprios alunos podem se tornar material didático, como o congado, a capoeira, o maracatu, entre outras manifestações culturais a depender da região. A arte permite que as pessoas se expressem, muitas vezes saindo do seu imaginário, que elas se conheçam, conheçam seu corpo, descubram sua linguagem, seu ritmo, seu movimento. Através da arte podemos trabalhar o autoconhecimento, o reconhecimento, o respeito pelas diferenças, a valorização e a autoestima dos alunos. “Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo” (hooks, 2013, p. 25).

A obrigatoriedade do ensino das relações étnico raciais e da história e cultura africana e afro brasileira se estende para o âmbito acadêmico e é extremamente importante a formação voltada para estas questões nas licenciaturas, que é justamente o lugar de formação dos futuros professores do ensino regular.

Se pensarmos que a lei prevê o ensino das relações étnico-raciais em especial para três áreas humanas de conhecimento – mas aqui especificamente tratamos da responsabilidade da área de artes –, é incongruente que um curso de artes cênicas com habilitação em licenciatura de uma universidade federal pública não possua em sua grade curricular obrigatória disciplinas que discutam a temática. Detecta-se uma grande falha no processo de efetivação

da lei, pois ainda não se formam profissionais capacitados para tornarem a lei efetiva de forma consciente e responsável, para que não seja apenas uma ordem vertical e inorgânica que resulte em trabalhos rasos que só contribuem para a folclorização de uma cultura real e atual. Dessa forma continuaremos tendo as mesmas desculpas de falta de formação e material didático para o ensino, enquanto a realidade escolar anseia por ajuda para um tratamento adequado destas questões.

Os dois primeiros contextos de estágio que apresento dizem respeito à minha atuação dentro do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto interdisciplinar História, Cultura e Literatura Africana e Afro brasileira, composto por alunos de Letras, Pedagogia, História, Artes Cênicas e Música, do qual eu fiz parte de 2014 a 2016. O projeto visa conscientizar a comunidade escolar sobre o ensino das relações étnico-raciais para a diminuição da desigualdade racial presente na sociedade brasileira e consequentemente na instituição escolar, já que esta é um reflexo da nossa sociedade.

#### **CONTEXTO I: ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA SANTA GODOY**

Fundada em 31 de julho de 1990, localizada na Rua Wenceslau Braz, nº247, no centro da cidade de Mariana, a Escola Estadual Professora Santa Godoy oferece o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), integrando o PROETI, que funciona no período da manhã, das 07:00 às 11:20, e no período da tarde, das 12:30 às 16:50. O tema do projeto desenvolvido pelo PIBID nesta escola foi: *Infância e Diversidade afro: a mediação entre a literatura e a produção audiovisual*, no qual pretendeu-se realizar atividades voltadas para a literatura e cinema infantil afro para a (re)construção identitária dos alunos do PROETI (Programa de Educação de Tempo Integral), em sua maioria negros. Trabalhamos com contação de história e esquetes teatrais a partir de livros como *Betina*, de Nilma Gomes e *O cabelo de Lelê*, de Valéria Belém, trabalhando questões como a oralidade, a construção positiva da estética negra, a desconstrução do olhar mitológico sobre as religiões afro-brasileiras. Também trabalhamos a consciência corporal a partir da exibição do curta *A menina e o Tambor* (Canal Futura) e do curta *Danças Regionais Maracatu de Baque Virado* (Canal Curta!), estimulando as crianças, por meio dos sentidos, e através de seus corpos, conhecerem um pouco mais sobre a história e cultura afro-brasileira. Observam-se, a seguir, alguns registros do trabalho executado na escola:

[6/18]



**Figura:** Momento depois da apresentação da esquete teatral baseada no livro infantil “Minha mãe é negra sim!”

**Fonte:** Acervo pessoal.



**Figura:** Confeção do mapa: “O que na África tem...”

**Fonte:** Acervo pessoal.

## CONTEXTO II: ESCOLA MUNICIPAL IZAURA MENDES

A Escola Izaura Mendes está situada no Bairro Piedade em Ouro Preto e foi criada pela Lei Municipal nº. 14/86. Na época em que estive lá, funcionava em dois turnos e contava com 243 alunos matriculados, 32 professores e 17 funcionários. As séries contempladas vão de 1º ao 9º ano do ensino Fundamental.

Há diversas manifestações culturais típicas da região em que a escola se encontra, tais como o Congado, as Missas Congas, os Reinados, as religiões de matriz africana, a Capoeira, o *Hip Hop*, dentre outras. Frente a este quadro, decidimos trabalhar a valorização da cultura afro-brasileira local a partir da Congada Mineira, uma manifestação cultural afro-brasileira muito forte na região de Minas Gerais e especialmente em Ouro Preto<sup>1</sup>. A complexidade existente na festa do Rosário foi o que motivou a escolha pelo tema, pois foi possível trabalhar diversos aspectos históricos, culturais, literários e artísticos de forma transdisciplinar, a partir de uma mesma fonte. Foram desenvolvidas, então, atividades como sessão de filme sobre Chico Rei, confecção de bandeiras do congado, oficina de musicalidade e jogos teatrais. A seguir, alguns registros do trabalho na escola:



**Figura:** Confeção das bandeiras congadeiras.

**Fonte:** Acervo próprio.

---

<sup>1</sup> Em Ouro Preto, a origem do Congado é marcada pela vinda do Rei Congo Galanga, conhecido nas terras brasileiras como Chico Rei.





**Figura:** Jogo teatral realizado a partir das canções de congado.

**Fonte:** Acervo próprio.

Além das aulas, as diretrizes prevêm algumas datas significativas para serem trabalhadas dentro do calendário escolar, como o 13 de maio e o 20 de novembro, em que organizamos grandiosos eventos culturais, com oficinas, apresentações artísticas, minicursos para os professores, tentando envolver ao máximo a escola como um todo, inclusive a comunidade. Nesse sentido, foram proporcionadas, por exemplo, oficinas como a do *Seu Tião do Doce*, um poeta morador da comunidade; e com o *Teco*, também morador da comunidade e ativista do movimento negro local. Dessa forma, integramos toda a comunidade escolar e valorizamos personalidades locais.

O 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, será tratado como dia de denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira na pós-abolição, e de divulgação dos significados da Lei Áurea para os negros. Em 20 de novembro será celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, entendendo-se consciência negra nos termos explicitados anteriormente neste parecer. Entre outras datas de significado histórico e político deverá ser assinalado o 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial (BRASIL, 2013: p. 95).

#### **O 20 DE NOVEMBRO – “SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: RACISMO NOSSO DE CADA DIA”**

Durante a semana que englobava o 20 de novembro, foram desenvolvidos minicursos e oficinas com maior carga teórica, pois até então optávamos sempre pela prática com oficinas

de dança, jogos, etc. Percebemos, no entanto, que isso muitas vezes atrapalhava o processo, devido à complexidade dos assuntos, que já carregam em si estigmas como o negro relacionado à prática, a trabalhos manuais, a espontaneidade, ao movimento e não ao saber, à leitura e à escrita<sup>2</sup>. Pensamos para tanto em temas mais profundos, já que eram adolescentes de 6º ao 9º ano. O minicurso que ministrei foi “TEN: Teatro Experimental do Negro – expressão artística como resistência”, apresentando um pouco da trajetória do TEN, sua importância na vida social do negro no Brasil, as conquistas e transformações que o movimento proporcionou e a luta do fundador deste movimento teatral: Abdias do Nascimento.



**Figura :** Mural de representação da mulher negra

**Fonte:** Acervo próprio do autor

---

<sup>2</sup> Gostaria de salientar a minha perspectiva sobre prática como construção de saber. Esta reflexão foi feita a partir desse contexto histórico e cultural bastante específico já discutido.



**Figura:** Primeiros momentos da oficina sobre teatro negro.

**Fonte:** Acervo próprio.

### **CONTEXTO III: PASTORAL DA CRIANÇA E DO MENOR**

Este terceiro e último contexto está inserido no Projeto *Cia da Gente*, que é um projeto de extensão da UFOP, atuante em cinco instituições distintas. O projeto oferece atividades artístico-pedagógicas com alunos/bolsistas dos cursos de Artes Cênicas, Música e Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto. Dentre as instituições contempladas estão: a APAE, o CAPSi, o Hospital Santa Casa de Misericórdia, o Lar São Vicente de Paulo e a Pastoral da Criança e do Menor do Taquaral. A Pastoral da Criança e do Menor localiza-se no bairro Taquaral em Ouro Preto – MG. Trata-se de um espaço comunitário que oferece atividades para os moradores do bairro Taquaral e bairros vizinhos, em especial para as crianças.

O projeto atua na Pastoral há mais de quatro anos e o público são crianças e adolescentes, entre 5 a 15 anos, que, por pertencerem a uma comunidade com muitas carências, tais como: difícil acesso às escolas, ausência de posto de saúde e de lugares onde possam brincar e praticar esportes, estes fazem da Pastoral sua única referência de lazer e

atenção. Essas crianças encontram naquele espaço a oportunidade de estar em um contexto que os permite aprender, interagir, descobrir, criar, brincar.

Os encontros aconteceram nas terças e quintas-feiras, nos turnos da manhã (de 08h30 às 11h30) e da tarde (13h30 às 16h30), nos quais se diferem bastante em relação aos interesses e necessidades. É importante salientar que os alunos só podem frequentar a Pastoral nos horários opostos ao horário de aula escolar.

No ano de 2014, criamos o subprojeto *Identidade Afro-Ouopretana: um resgate histórico-cultural* com o objetivo de contribuir para a construção identitária dos alunos a partir de um resgate histórico e cultural ouopretano. A história oficial de Ouro Preto, bem como a história do Brasil e tantos outros países, nega a presença de diversos sujeitos e acontecimentos. É de se refletir que um local composto majoritariamente por negros tenha como mártir/herói um homem branco da classe burguesa de Vila Rica. A cidade segue, ainda hoje, negando como uma nódoa histórica o fato de que foi erguida por braços negros e a custo de muito sofrimento desse povo escravizado que deixou aqui marcas culturais eternas.

Tendo em vista essa “carência”, o projeto buscou fomentar um reencontro destes jovens com sua cidade e com a tão mencionada cultura local. Mais do que isso, pensou, através de um planejamento interdisciplinar, revisitar com outros olhos alguns pontos da história de Ouro Preto. O intuito foi desconstruir os estereótipos sobre o negro, possibilitando, assim, que os alunos conhecessem mais sobre suas identidades e as identidades negras já que, não diferente da realidade ouro-pretana, a Pastoral é frequentada majoritariamente por negros, principalmente por se tratar de um contexto bastante marginal.

Houve oficinas de construção de jogos africanos e afro-brasileiros, um deles chamado Mancala: jogo de origem africana que simula uma semeadura onde todos os sujeitos são importantes na plantação e na colheita. Houve também oficina de construção de tambores com material em desuso na própria instituição: limpamos, fizemos colagem e pintura nas antigas latas de tinta sujas, criamos baquetas e tocamos um dos instrumentos mais ancestrais do mundo, provenientes de terras africanas. Outra oficina relevante foi a de memória das palavras, a qual consistiu na confecção de dicionários ilustrativos afro-brasileiros, para o reconhecimento da contribuição dos africanos em nossa língua materna - o quanto a cultura negra está presente no nosso dia-a-dia e não percebemos.



**Figura :** Confeção de máscaras africanas

**Fonte:** Acervo próprio.

As atividades foram desenvolvidas em formato de oficina pensando nas dificuldades que estavam sendo encontradas para sua realização. Houve momentos de exaustão, outros momentos de muita reflexão, muitas reuniões com a comunidade, com autoridades locais, com pais, mães, avós; questionamentos sobre o espaço físico da instituição, sobre a forma de coordenação da mesma, sua organização própria, e como a existência de tantas outras instâncias (Fundação Gorceix, monitores, professores coordenadores, cozinha, prefeitura, o Cia da Gente, etc) interfere ou não neste local. Nos questionamos muito também sobre o comportamento dos alunos, seus interesses e os interesses de seus responsáveis, tão fundamentais para a permanência das crianças nas atividades.

Houve ainda uma grande dificuldade de se fazer entender questões relacionadas às relações étnico-raciais, de surtir efeitos na comunidade: era como se nada tivesse sido discutido sobre o tema e eles começassem a fazer xingamentos entre si, desmerecendo a cor, o cabelo, o nariz, enfim, a raça. Era como se eles não entendessem que isso faz parte deles e que essa questão da inferioridade de uma raça e superioridade de outra está tão forte e intrínseca

neles que fica difícil transformar o pensamento sobre nossas origens e pertencimento já desde crianças e adolescentes.

Bem diferente de um ambiente escolar, que é lugar de aprendizado e estudo, o prédio da Pastoral era o lugar do brincar, da liberdade. Lugar em que as crianças do bairro passam grande parte do seu tempo livre aproveitando espaços como a brinquedoteca, o salão, o adro da igreja, etc. Essa dinâmica pré-estabelecida, de um lugar sem regras, de pertencimento deles em que nós estávamos interferindo e querendo estabelecer outras regras foi um complicador.

### **Considerações finais**

A indisposição, incompreensão ou intolerância de diretores e coordenadores pedagógicos para com a arte no currículo (...) a dispersão, a agressividade e a falta de interesse pelos estudos por parte dos estudantes. Em que medida essas condições de trabalho são elementos impeditivos ou desafiadores para o professor? (FARIAS, 2008, p. 20).

Estamos cansados de saber como funciona, o que acontece, as dificuldades de se ensinar arte no espaço da escola pública, mas também não podemos usar isso como um escape para o fato de não conseguir dar aula. Essa insatisfação no espaço escolar talvez faça total sentido: a falta de interesse, já que a escola pública (digo em todos os níveis, guardadas devidas proporções, pois universidade é a continuação da escola regular, o mesmo sistema, porém melhor disfarçado) a meu ver é um espaço falido e esquecido, parado no tempo, que não tem acompanhado as fortes mudanças da sociedade.

Considerar o estudante da escola pública como caso perdido, desinteressar-se pela efetiva aprendizagem, faltar aulas, sair de baixo, em outras palavras, é, efetivamente, reforçar a condição de miséria e contribuir com a dominação. Cabe, portanto, conhecer as regras, identificar parceiros confiáveis nas diversas instâncias da organização social e entrar no jogo para enfrentar a problemática e promover a transformação desejada (FARIAS, 2008, p. 24).

Pensando nesses novos caminhos, o Teatro Experimental do Negro surge para mim como um *respiro pedagógico*, pois é necessário algo que aproxime as crianças e jovens desse contexto construído e edificado por negro(a)s que tiveram seus saberes africanos roubados e apropriados como de outros lugares, com intenção de nos afastar desse conhecimento que é realmente é nosso.

A estratégia mais eficaz nesse processo, porém, como já afirmamos em outras oportunidades, foi negar aos afrodescendentes o acesso à real história de seus antepassados,

principalmente no continente de origem. Procurando apagar da memória dos afro-brasileiros suas ligações com o passado africano, o racismo organizado fez com que esse enorme contingente populacional se despojasse dos traços mais decisivos de sua identidade e fosse alimentando uma auto-estima cada vez mais baixa (...). No currículo escolar convencional, apoiado em base eurocêntrica, o único episódio da história africana que merece relevância é a saga civilizatória do Egito faraônico. Mas em nenhum momento os valores tão exaltados do saber e da cultura egípcios são inseridos em seu verdadeiro contexto, que é o das grandes civilizações africanas da antiguidade. Nem mesmo os ensinamentos do grego Heródoto (segundo o qual o Egito dos faraós não só foi possível em função do húmus cultural e civilizatório que o Rio Nilo trouxe, em suas águas, do “berço da humanidade”, no centro do continente africano, passando pelos legendários reinos de Axum e Méroe) merecem uma reflexão consequente (LOPES, 2008, p. 23).

É importante levantar questões que proporcionem aos alunos ver sentido no fazer teatral, que este seja algo que os impulse, um espaço de discussão, de experimentação que os façam se sentir mais livres ou simplesmente abertos a experimentar e transformar algo em si: um ponto de vista, o reconhecimento de si próprio, o entrar em contato consigo mesmo com o outro e lidar de forma mais orgânica com o diferente. O objetivo não é ter soluções, mas sim levantar questionamentos acerca dessas verdades absolutas já impostas. Chimamanda Ngozi em uma de suas palestras nos alerta sobre o perigo de uma história única, de criar-se estereótipos e um único olhar sobre determinadas coisas, pessoas, povos, até mesmo um continente.

Apesar de todas essas questões e dificuldades, entrar na universidade e vivenciar tudo o que a região do Inconfidentes traz consigo foi o que me possibilitou confrontar-me comigo mesma, me redescobrir, me perceber e perceber o meu entorno, e ao fim desta trajetória pude dar vazão à minha criação artística de forma intensa e verdadeira. Além disso, estabelecer relações quanto ao ensino do teatro, o fazer teatral, o qual, aliado a essas preocupações, pode ser uma prática realmente libertadora, além de desempenhar um papel importantíssimo de transformação social.

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que o nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. (hooks, 2013, p. 25)

Pensando nisso, é de extrema importância que nós, agora, professores de teatro, não fechemos portas para o conhecimento para as diversas experiências, conscientes de que o(a) aluno(a) precisa conhecer a sua história; os acontecimentos que foram e são de grande

importância na vida dele(a) e da nação; sem partir de uma visão única, elitizada que cria estereótipos sobre quem fomos e quem somos.

Simbolicamente, os negros foram incorporados sim (...) pelos folcloristas, pelos modernistas... a cor é apenas um acidente. Somos todos brasileiros e por um acidente temos diferentes cores; cor não é uma coisa importante; “raça”, então, nem se fala, esta não existe, quem fala em raça é racista (GUIMARÃES, 2003, p.100 – 101).

Mas, na vida real, a coisa se dá de forma bastante diferente: a convivência harmoniosa e ainda recorrente fantasia de uma democracia racial contrasta com os dados brutos de que “a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras.”<sup>3</sup> Tristemente esse é apenas um em meio a vários exemplos que se pode trazer como demonstração dessa falsa democracia racial. Como tentativa de contribuir para a transformação desse cenário, e pensando na formação docente dos futuros e/ou atuais professores de arte como potencial para isso, pude ministrar uma aula sobre o teatro experimental do negro para a disciplina “Teatro Brasileiro do Século XX” no primeiro semestre de 2016 e a mesa “Teatro Experimental do Negro: TEN ou não tem?” na programação da IV Calourada Preta: Racismo Institucional, organizada pelo Coletivo Negro Braima Mané, ambas na Universidade Federal de Ouro Preto. A mesa propiciou abrir ao menos a possibilidade de se pensar novas estratégias para o ensino do teatro, racializando o debate crítico teatral, porque nesse país extremamente racista, é impossível discutir as relações humanas sem discutir raça, gênero e classe.

Trabalhar em escolas do ensino fundamental me possibilitou refletir mais profundamente sobre esta questão da formação do professor, pois nestes primeiros anos escolares (refiro-me mais especificamente aqui ao fundamental I (de 1º ao 4º ano) o aluno permanece todo o tempo escolar com um mesmo professor. A influência deste professor, portanto, é descabida sobre a formação do cidadão. Por isso, o trabalho na Educação Infantil é de suma importância, pois é onde forma-se o alicerce do pensamento intelectual e crítico do ser. Muitos pensam não ser necessário discutir este tipo de questões durante a infância, devido à ingenuidade das crianças. Na verdade, percebo apenas a ingenuidade, ou cegueira voluntária, dos adultos que não querem enxergar a maldade inerente ao ser humano, desde o seu nascimento. Desde muito cedo as crianças têm o potencial para cometer atos de racismo, homofobia e sexismo, estão pré-dispostos a isso, então é importantíssimo que o trabalho seja

---

<sup>3</sup>Fonte: Atlas da Violência/2017.



desenvolvido já nos primeiros estágios de aprendizagem para que se eliminem as possibilidades de criação do sentimento de ódio ao diferente, ódio que causa tantas desavenças no mundo.

Levo comigo cada uma destas experiências que mencionei - e outras tantas que não couberam aqui neste escrito - que me formaram, e mais importante me transformaram, “(...) me mostrou um caminho para compreender as limitações do tipo de educação que eu estava recebendo e, ao mesmo tempo, para descobrir estratégias alternativas de aprender e ensinar” (hooks, 2013: p. 30). Estas experiências fizeram com que hoje eu tenha o desejo de transformar ainda mais este espaço escolar, o desejo de desenvolver projetos como os que participei, trabalhar práticas diferentes dentro da sala de aula, estremecer e enegrecer a estrutura escolar e as estruturas de vida dos envolvidos na comunidade escolar. Engrandece-me, pois, pensar no grande potencial de transformação que este trabalho pode vir a ter na sociedade. O *ser professor* tornou-se algo de muito apreço e a educação pode ser vista e idealizada, afinal, como prática real de liberdade.

### **Referências Bibliográficas**

BERTHOLD, Margot. *História Mundial do teatro*. Trad. Maria Paula V. Zuraeski, J. Guinsburg, Sérgio Coelho e Clóvis Garcia. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRASIL, *Parâmetros curriculares nacionais: arte*/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

CURY, C. R. J. *Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença*. Cadernos de Pesquisa, n.116, p. 245-262, 2002.

GOMES, Nilma Lino. “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. –Ministério da Educação, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Como trabalhar com “raça” em sociologia*. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2003.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2013.

*Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*/Elisa Larkin Nascimento (org.). São Paulo: Selo Negro, 2008.

MAZAMA, A. “A afrocentricidade como um paradigma”. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.).

*Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009.

MENDES, Miriam Garcia. *O negro e o teatro brasileiro(entre 1889 e 1982).* São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1993.

MOURA, Christian Fernando dos Santos. *O Teatro Experimental do Negro – Estudo da personagem negra em duas peças encenadas (1947-1951).* São Paulo: Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2008.

MÜLLER , Ricardo G. *Teatro, política e educação: a experiência histórica do teatro experimental do negro (TEN) (1945/1968).* In: História e Memória da Educação Brasileira. Rio Grande do Norte: SBHE, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. *Sortilégio II – Mistério Negro de Zumbi Redivivo.* Rio de Janeiro: Editora paz e terra S.A., 1979.

NASCIMENTO, Abdias do. *Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões,* São Paulo: Estudos Avançados 18 (50), 2004.

*Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.* / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília : MEC, SECADI, 2013. 104p.

ROSA, Daniela Roberta Antonio. *Teatro experimental do negro: estratégia e ação.* Campinas: UNICAMP, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *A defesa da escola pública.* In: Ensino Público e algumas falas sobre Universidade. São Paulo: Cortez, 1984, pp. 10-26.

Disponível em: <http://ipeafro.org.br/acoes/acervo-ipeafro/secao-ten/> Data de Acesso: 24/07/17.